



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP
E-mail: coace@ufscar.br

1
2 **ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
3 **CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS**
4

5 **Data:** 07 de julho de 2020.

6 **Horário:** 14h

7 **Local:** Via ferramenta Google Meet

8 **Presidência:** PROF. DR. LEONARDO ANTÔNIO DE ANDRADE

9 **Membros:** Conforme assinaturas na lista de presença

10 **Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

11 Aos sete dias de julho de dois mil e vinte, às 14 horas, via ferramenta Google Meet realizou-se a 45ª
12 Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis - CoACE da Pró-Reitoria
13 de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE, presidida pelo Pró-Reitor Prof. Dr. Leonardo
14 Antônio de Andrade juntamente à Pró-Reitora Adjunta Sra. Francy Mary Alves Back. O presidente
15 iniciou a reunião saudando todos os presentes. 1.1 INFORMES DA PRESIDÊNCIA: Sra. Francy
16 deu um retorno referente à última Resolução do Conselho relacionada à criação do GT para indicar
17 como funcionaria o PAE e as políticas de permanência estudantil durante a pandemia; disse que
18 além dos membros do GT indicados na última reunião, houve também a eleição para os
19 representantes bolsistas do GT, com representação de bolsistas dos quatro campi; disse que foi
20 criado o formulário tanto para indicação, quanto para votação, dessa forma foi elaborado o ato
21 nomeando os participantes dessa comissão. Sr. Thomas passou os dados da eleição dos discentes
22 bolsistas, disse que da última reunião saíram com um representante discente de São Carlos e um de
23 Sorocaba e foi pactuada a eleição para os demais representantes discentes: bolsista moradia vaga
24 São Carlos, moradia vaga Sorocaba, moradia espécie de Araras e Lagoa do Sino; o processo foi
25 realizado em três etapas, uma comunicação sobre o que foi deliberado, um formulário para quem
26 tivesse interesse em se inscrever e no dia 30 a eleição com os seguintes resultados: São Carlos –
27 Karen (1º lugar), Felipe (2º lugar), Abel (3º lugar); Araras - David (1º lugar), Bruno (2º lugar), João
28 (3º lugar); Lagoa do Sino - Myrian (1º lugar), Luana (2º lugar), Erliane (3º lugar); Sorocaba –
29 Gabriela (única inscrita); disse que em São Carlos Karen pediu para declinar e Felipe assumiu seu
30 lugar. Sra. Francy disse que foi enviado um ofício para o CCI e SAADE solicitando que ambos
31 indicassem um representante para compor o GT, que já fizeram a indicação, estando todas as
32 representações completas; disse que os técnicos da Pró-Reitoria criaram um instrumental para
33 escuta de todos os estudantes bolsistas para levantar demandas que tinham durante esse período, e
34 que dividiram esse instrumento em três partes: impacto da pandemia na organização da vida dos
35 bolsistas (parentes contaminados, perdas, impactos na estruturação financeira), áreas de
36 investimento PNAES que deveriam ser focadas dentro das alíneas, expectativas de oferta de
37 serviços; houve uma boa taxa de resposta (50% dos bolsistas); o objetivo era trazer subsídio para os
38 trabalhos do GT conhecendo as expectativas, demandas e o que pensavam para o período da
39 pandemia, orientando o trabalho técnico que seria montado a partir dos indicativos desse

40 instrumental, juntamente as informações do orçamento PNAES e o executado, trabalhando de forma
41 transparente no GT; disse que fariam uma chamada para uma reunião sexta-feira, dia 10, às 14h30,
42 para discutirem o trabalho e pactuarem um cronograma de trabalho. Sra. Francly disse que um
43 último informe foi um pedido do conselheiro André sobre demandas de movimentação pensando no
44 retorno de estudantes indígenas em situação de sofrimento; disse que foi realizada uma reunião na
45 semana anterior com o CCI, CAAPE, SAADE, presidente do Comitê Covid, Prof. Bernardino, que
46 havia feito um parecer da importância de não mobilidade nesse período sob bastante riscos, e
47 técnicos da ProACE; disse que contaram com a participação dos estudantes indígenas de todos os
48 campi, também do Sr. André que é conselheiro do CoACE; disse que os estudantes trouxeram suas
49 angústias e dificuldades, Prof. Bernardino também pode explicar o momento da pandemia, os riscos
50 desse trânsito, sendo um momento importante de construção. 1.2 INFORMES DAS UNIDADES:
51 1.2.1. Trabalhos e atividades realizadas pela UAC no primeiro semestre no contexto da pandemia:
52 Sra. Elaine disse que desde o início toda equipe vinha trabalhando remotamente realizando um
53 trabalho de estudo e reformulação do Projeto Pedagógico da Unidade e Regimento da UAC; além
54 de todo o trabalho administrativo que continuou, que as professoras mantiveram o contato com as
55 famílias, enviando atividade para as crianças semanalmente, porém não atividades de educação a
56 distância propriamente ditas, de ensino remoto, e sim atividades lúdicas e leves que as famílias
57 poderiam ou não realizar com as crianças, não sendo atividades obrigatórias; disse que assim foram
58 esses quatro meses; disse que a perspectiva era de poderem retornar agora em julho ou agosto, que
59 foi feita uma reunião com o Prof. Bernardino e uma consulta formal e o que ele trouxe foi que a
60 UAC não poderia retornar esse ano, assim como a UFSCar não retornaria a suas atividades
61 presenciais, segundo disse o próprio Prof. as crianças eram como mosquito da dengue disseminando
62 a doença de maneira muito fácil, e que nesse momento de ascensão da curva não deveriam
63 retornar, apesar de o Estado e a Prefeitura estarem indicando um retorno para setembro, a
64 orientação para a UAC era para não retornar; disse que estavam sendo feitas reuniões com as
65 famílias, realizando um acolhimento; que foi feita uma grande reunião com as famílias com a
66 presença do Prof. Bernardino e Profa. Cleunice, do DTPP, que também trabalha com a educação à
67 distância e é estudiosa da educação infantil, para ajudar na discussão devido à situação que deixa as
68 famílias e toda a equipe da UAC muito preocupada e apreensiva; disse que prepararam um
69 questionário para diagnosticar famílias que se encontravam em vulnerabilidade econômica nessa
70 situação de pandemia, e a situação de saúde da família, para quando houvesse o retorno esses dados
71 pudessem auxiliar no estabelecimento de critérios de quem voltaria primeiro; disse que esse
72 trabalho foi auxiliado pelas assistentes sociais da UFSCar, que o Prof. Bernardino também
73 contribuiu e a equipe da UAC; finalizou dizendo que a UAC não retornaria no próximo semestre,
74 mas que continuariam com as famílias e as crianças se reunindo, com atividades e encontros
75 virtuais, que sabiam que tudo era muito incerto, mas tinham se orientado pelo Conselho Nacional de
76 Educação, pelo parecer nº 5. 1.3 INFORMES DOS MEMBROS: Não houve informes. 2 ORDEM
77 DO DIA - 2.1 Ata da 37ª Reunião Ordinária do CoACE: Prof. Leonardo questionou se havia
78 alguma observação referente a ata, não havendo manifestações iniciou a votação da mesma que foi
79 aprovada por unanimidade. 2.2 Ata da Reunião Extraordinária de 21 de novembro de 2018: Prof.
80 Leonardo questionou se havia alguma observação referente a ata, não havendo manifestações
81 iniciou a votação da mesma que foi aprovada por unanimidade. 2.3 Ata da 42ª Reunião Ordinária do
82 CoACE: Prof. Leonardo questionou se havia alguma observação referente a ata, não havendo
83 manifestações iniciou a votação da mesma que foi aprovada por unanimidade. 2.4 Ata da 43ª
84 Reunião Ordinária do CoACE: Prof. Leonardo questionou se havia alguma observação referente a
85 ata, não havendo manifestações iniciou a votação da mesma que foi aprovada por unanimidade. 2.5
86 Ad referendum da ProACE que prorrogou o prazo para a realização do mapeamento dos discentes
87 de graduação não contemplados pelo PAE que permaneceram nos campi durante a suspensão das
88 atividades tendo em vista a pandemia gerada pelo Covid-19: Prof. Leonardo disse que em reunião
89 prévia do Conselho foi levantada a necessidade do mapeamento, que fizeram a execução, mas
90 houveram alunos que ficaram pendentes disso por esse motivo estenderam o prazo de inscrição para
91 realizar uma melhor cobertura desses alunos que infelizmente acabaram entrando pelo SISU, mas

92 não foram contemplados pelo PAE em virtude da suspensão das atividades e que o GT que a Sra.
93 Francy se referiu no início da reunião era justamente para que no segundo semestre pudessem
94 direcionar as ações do Programa para atender da melhor forma possível esses alunos; não havendo
95 manifestação o ad referendum foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. 2.6 Minuta
96 do Programa de Acompanhamento dos Bolsistas (PAB): Prof. Leonardo disse que estava presente
97 na reunião a Profa. Ana Paula Malfitano, que junto ao laboratório METUIA, coordenou essa
98 atividade por dois anos juntamente com a ProACE e Stefany que também auxiliou nos trabalhos;
99 disse que esse foi um processo árduo construído em conjunto com as equipes da ProACE que
100 resultou na Minuta enviada aos conselheiros. Sra. Francy agradeceu ao laboratório METUIA que
101 desde o início acompanhou o Programa que foi proposto pela ProACE, mas que contou com a
102 parceria da ProGrad e colaboração da SAADE, um trabalho multicampi que teve também escuta
103 dos estudantes bolsistas. Profa. Ana Paula agradeceu ao Prof. Leonardo e a Sra. Francy e iniciou
104 uma apresentação para dar uma dimensão desse processo de alguns anos, até chegar na proposta
105 encaminhada; disse que o METUIA era um laboratório ligado ao Departamento de Terapia
106 Ocupacional e ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar que voltava
107 para as temáticas da juventude, principalmente juventudes populares com ênfase nas discussões de
108 direitos sociais e cidadania; disse que tiveram um convite da ProACE para mediar o processo de
109 implementação do Programa de Acompanhamento ao Bolsista que culminou na discussão
110 apresentada, a qual pretendia fazer uma síntese desse histórico e elucidar algumas dúvidas que
111 poderiam ter surgido desse documento; disse que no início de 2018 estavam fazendo uma atividade
112 de extensão juntamente aos técnicos da ProACE com a discussão da temática juventudes e
113 contemporaneidade, em paralelo o CoACE estava discutindo e aprovou o Relatório da Comissão
114 designada para o estabelecimento de critérios de rendimento mínimo acadêmico para bolsistas do
115 PAE, esse relatório tinha como objetivo a discussão de critérios tendo como conclusão a questão de
116 critérios equânimes entre bolsistas e não bolsistas, presidida pela Profa. Cássia Rodrigues, do
117 DMed; disse que esse relatório foi o primeiro fruto da ProACE em função da discussão e da
118 necessidade do estabelecimento de critérios para apresentação oficial sobre o Programa e os
119 acompanhamentos em relação aos bolsistas; disse que nesse cenário que a ProACE convidou o
120 METUIA para participar desse processo, que a motivação do Conselho e da ProACE na época
121 tinham a ver com os aspectos legais que colocavam a necessidade de regulamentação dos
122 programas de assistência estudantil e especificamente de mecanismos de acompanhamento e
123 avaliação do PNAES a qual a UFSCar vinha sendo inquirida a responder sobre seus processos de
124 acompanhamento dos estudantes; disse que em 2018 começaram uma discussão com técnicos e
125 gestores integrantes da SAADE, ProACE e ProGrad tendo em vista a discussão do que seria um
126 Programa de Acompanhamento na Universidade; disse que foram feitos seis encontros e
127 estabelecido um grupo de trabalho, posteriormente os estudantes foram convidados a compô-lo, em
128 alguns momentos tiveram a presença de representantes de Movimentos Estudantis e a grande
129 discussão naquele momento foi que um Programa de Acompanhamento deveria prever ações que
130 combatessem o alto índice de reprovação e retenção de estudantes bolsistas; disse que aquele
131 primeiro grupo de trabalho de 2018 terminou com uma primeira versão de uma minuta e em 2019
132 iniciaram um debate específico com os técnicos da ProACE e ProGrad sobre o que seria
133 efetivamente esse acompanhamento e como poderia ser implementado, essas reuniões aconteceram
134 de agosto de 2019 à janeiro de 2020, 69 encontros, desses doze com cada equipe da ProACE e ainda
135 outros quatro encontros com as equipes unificadas e dois encontros em cada campi com os
136 estudantes para apresentação da minuta; disse que houveram dois enfoques principais, o
137 aperfeiçoamento dessa primeira versão da minuta, tendo como objetivo a sua veracidade em termos
138 da incorporação daquela proposta de programa no cotidiano dos trabalhadores da ProACE, e
139 também quais seriam a necessidade de instrumentos e técnicas para o trabalho local visando
140 especificamente o acompanhamento dos estudantes; disse que cada equipe teve processos próprios,
141 algumas construíram alguns instrumentos de trabalho que estavam em discussão e implementação
142 localmente, mas como produto único tiveram uma segunda versão dessa minuta; disse que pegaram
143 essa versão trabalhada detalhadamente com os técnicos da ProACE e tiveram alguns encontros com

144 a equipe da ProGrad para que pudessem aprimorar o que fosse necessário conforme o ponto de vista
145 dessa Pró-Reitoria e posteriormente uma acessória jurídica informal para formatação da minuta nos
146 termos de uma resolução da Universidade e organização da discussão com os estudantes visando a
147 maior difusão dessa proposta de acompanhamento; disse que agora no mês de junho foram feitos
148 quatro encontros virtuais para os quais os estudantes foram convidados, disparado para todos
149 estudantes via mala direta da ProACE, assim como por redes sociais, com uma participação de 59
150 estudantes nos quatro campi nesses quatro encontros; disse que de forma geral os estudantes
151 apontaram que se sentiam contemplados com a redação dessa minuta sendo bastantes elogiosos ao
152 processo cuidadoso de construção da minuta relatado, se sentindo priorizados como estudantes, e
153 uma discussão unânime nos quatro encontros foi a proposição da inclusão da manutenção da
154 assistência estudantil em momentos adversos que exigiam a suspensão das aulas, que veio em
155 função do contexto que estamos vivendo da pandemia, então embora não explicitada a pandemia
156 fizeram o acréscimo por sugestão dos estudantes dessa proposta; disse que feito esse processo com
157 os estudantes a minuta foi encaminhada aos conselheiros e a proposta era que a partir da apreciação
158 desse conselho ela pudesse ser uma resolução da Universidade; disse que o ponto central dessa
159 proposição era a realização de acompanhamentos, que estavam definidos como processo
160 sistematizado de ações diversas, organizadas em rede e pactuadas junto com os estudantes bolsistas
161 no que tange às questões que impactam sua trajetória acadêmica, oferecendo recursos e suporte para
162 sua formação, voltada ao princípio que os técnicos levantaram no início desse processo com relação
163 a combater a evasão e alto índice de repetência, buscando um melhor suporte aos bolsistas; disse
164 que a minuta estava dividida em cinco capítulos: Dos princípios e diretrizes, dos objetivos, da
165 operacionalização, controle social, do monitoramento e avaliação; disse que enquanto laboratório
166 METUIA foi um prazer conhecer mais de perto o trabalho realizado pelos técnicos(as) da ProACE
167 no acompanhamento com os estudantes e poderem estar envolvidos com a discussão desse
168 importante programa que se preocupa com os estudantes bolsistas da UFSCar; colocou-se a
169 disposição para eventuais dúvidas. Prof. Leonardo agradeceu pelo trabalho realizado e abriu para as
170 dúvidas e colocações. Sra. Francy disse que esse trabalho teve devolutiva das equipes da ProACE
171 que também puderam avaliar o processo e dar devolutivas a condução e coordenação do METUIA e
172 que o parecer das equipes era que foi um processo bastante positivo e a expectativa era de
173 construção do processo de implementação. Profa. Paula Costa Castro parabenizou pela minuta e
174 disse que quando vinha falando no artigo 10º sobre a formação da rede ele incluía os Centros
175 nomeadamente as Coordenações de Curso e depois no parágrafo 6º desse mesmo artigo falava
176 inclusive da responsabilidade das Coordenações de Curso e chefias, no item 3 dentro desse
177 parágrafo, quanto a importância do acompanhamento acadêmico as faltas e desempenho ao longo
178 do semestre; disse que via que haviam duas pontas soltas que ao seu ver com esse desenho que se
179 tinha hoje seria impossível, que seria os coordenadores de curso, chefes de departamento não terem
180 acesso as faltas e notas dos alunos ao longo do semestre, que o SIGA ele só permitia que o
181 professor colocasse as notas e a frequência no final do semestre, no período de digitação das notas,
182 e nem os alunos e nem os coordenadores de curso tinham acesso a isso que inclusive era uma
183 questão que prejudicava os professores algumas vezes na avaliação do MEC; que reconhecia que os
184 alunos e coordenadores não tinham acesso a esses dados ao longo do semestre e isso fazia com que
185 às vezes os cursos perdessem notas, dependendo da validade que o avaliador colocava para esse
186 ponto específico; disse que sua sugestão não seria nem mudar a minuta, que estava excelente, mas
187 se haveria acesso a frequência e notas tanto pela coordenação quanto pelos alunos ao longo do
188 semestre; disse que por outro lado as coordenações e chefias não sabiam quem eram os bolsistas,
189 conseguindo apenas acompanhar quando o estudante pedia ajuda, e se ele perdesse a vaga por falta
190 de desempenho mínimo, intervindo, mas já era tarde demais, sendo que esse olhar mais cuidadoso
191 para o bolsista era de grande validade, sugerindo que houvesse alguma forma de os coordenadores
192 poderem saber quem seriam esses bolsistas para poderem acompanhar de uma forma mais
193 personalizada, com mais atenção, participando realmente e integrando essa rede. Profa. Ana Paula
194 resgatou que durante esse processo foi bastante comentado a importância desses registros de
195 informação e o quanto que não tinham vários deles disponíveis, e que algumas coisas durante esse

196 processo foram feitas, como a parceria da ProACE e da ProGrad para que pelo menos ao meio, no
197 final do primeiro semestre a ProACE tivesse as informações, com exceção do campus Lagoa do
198 Sino que o acompanhamento é anual, para que pudessem no mínimo terem essas possibilidades de
199 saberem como estavam os estudantes, mas que acreditava que umas das funções do programa seria
200 tencionar meios que pudessem ter de maiores registros e informações desses estudantes para um
201 melhor acompanhamento e que a minuta previa que a centralidade desse acompanhamento seria da
202 ProACE, ou seja, os técnicos da ProACE acionariam as coordenações de curso para determinados
203 casos específicos quando necessário e de acordo com o estudante para alguns acompanhamentos,
204 mas que no desenvolvimento desse programa poderiam ter inclusive o aprimoramento de alguns
205 sistemas de dados, sugestões de modificação no SIGA para que esses pontos que eram bastante
206 importantes pudessem ser aprimorados durante o tempo. Não havendo mais manifestações Prof.
207 Leonardo colocou em votação a minuta do Programa de Acompanhamento dos Bolsistas (PAB) que
208 foi aprovada por unanimidade. Prof. Leonardo disse que se felicitava muito pensando em um legado
209 que deixariam na ProACE e reforçou seu agradecimentos a todos que participaram do processo. 2.7
210 Inclusão de Excepcionalidade no caso de Situação de Violência Intrafamiliar: Prof. Leonardo disse
211 que a sugestão seria fazer um adendo dentro do PAE com a inclusão do artigo 21º. Sra. Francy disse
212 que precisavam retomar que benefício era a bolsa moradia vaga, que era destinada a estudantes
213 vindos de outras cidades para cursarem seu primeiro curso de graduação, que passaram pela
214 avaliação socioeconômica e tinham o perfil para bolsistas, mas que para acessar essas vagas
215 precisariam vir de outras cidades; disse que acontecia que se deparavam em algumas situações com
216 rupturas de vínculo em virtude de situações de violência, de estudantes que tinham núcleo familiar
217 na cidade, mas acabavam não podendo contar com essa rede de apoio em virtude de situações de
218 violência; disse que nesses casos tentavam primeiramente acionar a rede socioassistencial porque
219 situações de ruptura de vínculo e violação de direitos era foco de atenção dos CREAS que eram os
220 Centros de Referência Especializados em Assistência Social, mas por vezes a própria rede não
221 conseguia dar o suporte ao estudante, de ofertar alguma alternativa de moradia e muitas vezes essa
222 situação de violência desfavorecia o convívio naquele núcleo familiar e acabavam se deparando
223 com essa situação e pela regulamentação do Programa não podiam fazer o alojamento mesmo que
224 excepcional e provisório desse estudante bolsista nas moradias estudantis, por isso a inclusão desse
225 caráter de excepcionalidade para que pudessem fazer o atendimento com isonomia porque cabia aos
226 gestores fazerem a garantia jurídica do Programa; disse que a ideia era trazer isonomia para os
227 quatro campi de situações de violência para que de uma maneira excepcional e provisória pudessem
228 acolher esse bolsista com vínculos rompidos com sua famílias que residiam na cidade, acolhendo e
229 demandando da equipe técnica ações de acompanhamento e inserção, de acionarem o sistema de
230 garantia de direito, a rede socioassistencial na tentativa de superar essa situação. Prof. Leonardo
231 apresentou o texto que se aprovado iria compor o PAE: “Parágrafo segundo: Aos bolsistas do PAE,
232 oriundos das cidades dos campi onde estudam, mas que se encontram com vínculos familiares
233 rompidos em razão de violência intrafamiliar, será facultado o acolhimento excepcional e
234 provisórios nas Moradias Estudantis. Nos campi onde elas não estejam implantadas possibilita-se a
235 dotação da Bolsa Moradia em Dinheiro. O acolhimento excepcional poderá ser requerido a qualquer
236 tempo e precisa seguir o seguinte protocolo: a) Caberá ao profissional da assistência estudantil
237 apresentar um relatório social à ProACE com as devidas comprovações da situação de violação de
238 direitos; b) Acionamento dos órgãos de defesa de seus direitos, bem como da rede socioassistencial
239 municipal para inserção do bolsista nas políticas sociais existentes visando assegurar sua proteção
240 social; c) Deverá ser construído em conjunto com o bolsista um plano de acompanhamento para
241 necessária identificação em sua família extensa ou em sua rede social o suporte necessário para a
242 superação de sua situação de vulnerabilidade.” Prof. Marcio Peron disse que era interessante a
243 introdução desse artigo e que sua dúvida era se estavam abrindo a possibilidades apenas do bolsistas
244 PAE ou supondo que um estudante que não fosse bolsista PAE e passasse por uma ruptura familiar,
245 se ele seria atendido pelo artigo. Sra. Francy disse que a pessoa teria que ser bolsista para ser
246 atendida porque o uso das moradias estudantis era uma bolsa, uma pessoa que não era bolsista e
247 passasse por uma situação dessa teria que ir até a ProACE, ser acolhido, fazer o procedimento de

248 avaliação socioeconômica e se tivesse o perfil para acessar poderia acessar. Profa. Eliane Arruda
249 disse que também achou importante a inclusão desse artigo e questionou sobre o relatório que o
250 assistente social teria que incluir comprovando essa situação; disse que ficava vago para ela como o
251 profissional comprovaria essa violação. Sra. Francy disse que o assistente social tinha o
252 instrumental de escuta, que era a entrevista, onde colhia o depoimento, conversava, fazia o
253 acolhimento e escuta, e que grande parte das situações de violação de direito elas podiam ser
254 comprovadas com Boletim de Ocorrência, não sendo obrigatório porque o registro era de direito de
255 quem era vítima de uma situação de violência, não podendo ser algo obrigatório, mas que acontecia
256 no cotidiano, que orientavam que o estudante tinha direito de fazer o registro ou não, mas que o
257 próprio acolhimento, relato, fala, entrevista, com esses dados o assistente social podia realizar o
258 trabalho técnico e fazer o relatório social. Profa. Eliane questionou se bastaria a entrevista e a
259 comprovação do que o profissional entendeu. Sra. Francy respondeu que sim que orientavam
260 sempre a fazer o registro, mas ele não era obrigatório. Profa. Eliane respondeu que nem sempre o
261 aluno fazia um boletim de ocorrência, que devia ser uma situação bastante rara. Sra. Francy disse
262 que não era raro, mas que muitos não queriam fazer a denúncia e que se respeitava, não podendo
263 condicionar um benefício a uma denúncia que tivesse que partir de quem era vítima; disse que se
264 acionada a rede, acessando determinadas garantias com registro do Boletim de Ocorrência, sendo
265 isso de decisão do estudante. Profa. Paula disse que achava importante essa questão de como seria
266 essa comprovação, mas que achava interessante o artigo ficar mais amplo nesse sentido porque
267 dentro dos documentos comprobatórios o próprio assistente social poderia ter escalas que nem
268 conheciam ou que seriam publicadas formas de comprovar e de medir ou analisar, como as
269 entrevistas que tinha a escuta qualificada, havendo outras escalas que seriam padronizadas e
270 validadas, laudos técnico confirmando, provas testemunhais, uma série de questões que poderiam,
271 por exemplo, deixar algo de fora e dessa forma sempre tendo que fazer emendas e que dessa forma
272 geral facilitaria ficando mais perene. Sra. Francy disse que sentia bastante a vontade para falar do
273 trabalho realizado pelas assistentes sociais, pois era assistente social e não docente, disse que existia
274 uma diferença entre o relatório social e a perícia social, que eram duas situações diferentes, que
275 nesse caso estavam falando do relatório, que era a síntese do trabalho técnico realizado, que então o
276 assistente social poderia fazer a entrevista, poderia fazer visita, poderia fazer acionamento de rede e
277 a síntese desse trabalho técnico era registrado no relatório fazendo a indicação que sim houve
278 violação e o assistente social tinha fé pública e sua colocação por si só era uma comprovação da
279 situação de violação de direito que o assistente social estaria assinando podendo anexar outras
280 comprovações, mas elas não seriam obrigatórias porque como foi falado essa era uma decisão de
281 quem sofreu a violência e caberia ao técnico fazer a devida orientação da importância e das
282 consequências que se tinha ao fazer um registro de boletim de ocorrência nessa situação. Prof.
283 Eduardo Pinto e Silva sugeriu substituir comprovações por indicações, que o relatório seria
284 indicativo, um BO, uma foto da situação comprovaria, mas muitas vezes isso não existiria; disse
285 que achava que por uma série de técnicas elas eram indicativas, sugerindo essa alteração. Sra.
286 Francy disse que a professora estava dizendo que com as técnicas da assistente social seriam
287 comprobatórias, disse que achava que várias situações que os levariam a crer, que a perícia social
288 era instrumento de prova, mas que ali a inserção não era de perito e sim de assistência, não vendo
289 problemas, mas que em sua opinião o próprio relatório era um instrumento comprobatório, mas que
290 não via problemas em substituir a palavra. A discente Amanda Lélis questionou se nesses casos
291 específicos enquanto a pessoa não passasse pelo processo, pela conversa com a assistente social, ou
292 no caso de quem não era bolsista, passar pela avaliação socioeconômica, ele ainda estaria morando
293 com os familiares se fosse um caso grave, por exemplo; disse que estava lembrando-se de um caso
294 em que auxiliou uma desconhecida que o irmão estava ameaçando de morte e ela tinha que sair com
295 urgência. Sra. Francy respondeu que a inclusão na moradia era uma etapa, mas, por exemplo, uma
296 pessoa que estivesse com uma situação de violação de direitos, em primeiro lugar se tentaria
297 recompor a pessoa com um apoio dentro da sua rede familiar, dentro do seu suporte de amigos,
298 porque a moradia era uma bolsa e não um equipamento para urgência, que o que estavam
299 favorecendo era que se tramitasse, mas a situação era acolhida emergencialmente o que não

300 significava que o estudante sem ser bolsista iria entrar nas moradias estudantis porque havia todo o
301 processo de registro e a legalidade do acesso ao benefício, o que não significava dizer que a pessoa
302 ficaria desprotegida, que se acionaria a rede na tentativa de se fazer uma colocação pelo menos
303 provisória; disse que a ideia não era tornar a moradia um lugar onde as pessoas entrariam por
304 urgência, mas sim que se fosse facultado enquanto se fazia esse processo de estruturação e de
305 suporte que ficasse nas moradias estudantis. Não havendo mais manifestações Prof. Leonardo
306 colocou em votação a inserção do artigo de Excepcionalidade no caso de Situação de Violência
307 Intrafamiliar no PAE que foi aprovado por unanimidade. 2.8 Relatório da Comissão de Saúde
308 Mental: Prof. Leonardo disse que estava presente na reunião Prof. Jair Barbosa, do DMed, e Prof.
309 Eduardo Pinto e Silva que juntos estiveram a frente da comissão de saúde mental e traziam para o
310 Conselho o relatório que sintetizava esse trabalho. Sra. Francly retomou como surgiu essa comissão,
311 que desde 2017 que a ProACE vinha fomentando ações de saúde mental, tentando fazer uma
312 composição de profissionais que trabalhavam com saúde mental na tentativa de pensarem ações
313 para a comunidade universitária; disse que conseguiram juntar um grupo e se fazer um trabalho,
314 dividindo os grupos em frentes de trabalho, de pesquisa, produção de materiais e cartilhas, que
315 discutia a questão de prevenção ao suicídio, e essa ação de política e rede, que resultou em um
316 projeto de extensão e a iniciativa de se instituir no CoACE essa comissão para se pensar a política
317 institucional, sendo esse movimento que vinha amplo desde 2017 quando se constituiu a comissão e
318 que depois de constituída o Prof. Jair, os técnicos da ProACE, o Prof. Eduardo representando esse
319 Conselho, representantes de diversos setores da Universidade se dedicaram a esse trabalho e esse
320 bonito produto; parabenizou a todos que compuseram essa comissão. Prof. Leonardo também
321 agradeceu ao Prof. Jair e ao Prof. Eduardo por esse importante trabalho desenvolvido. Prof. Jair
322 agradeceu ao Prof. Leonardo e a Sra. Francly por poder trazer o trabalho dessa comissão que
323 começou em 2018, mas como colocado, os trabalhos iniciaram antes para tentar trazer algumas
324 ações de saúde mental para a UFSCar; agradeceu a todos que participaram desse trabalho que foi
325 bem participativo, o que foi a ideia desde o início, de se fazer um trabalho colaborativo e
326 representativo de todos da UFSCar; disse que a comissão começou querendo fazer um texto técnico,
327 mas como técnicos refletiram se seria representativo e então se organizaram para fazer um texto de
328 diretrizes de políticas de saúde mental para UFSCar de uma forma em que as pessoas tivessem voz
329 e voto, no formato de conferências, com uma divisão prévia em sete eixos; disse que foi uma
330 conferência em Lagoa do Sino, uma em Sorocaba e uma local unindo São Carlos e Araras
331 realizadas no mês dez, e no mês onze realizaram a conferência ampliada; disse que essas
332 conferências locais levaram alguns temas para a conferência ampliada, onde esse texto foi
333 trabalhado e votado; apresentou o texto aos conselheiros para que fosse discutido e posteriormente
334 se aprovado pretendiam apresentá-lo no ConsUni; disse que a ideia era de construir diretrizes que
335 não ficassem engavetadas, sabiam que nem tudo seria efetivado a curto, médio ou longo prazo;
336 disse que os eixos trabalhados foram: Promoção e Prevenção; Redução de Danos; Assistência;
337 Gestão, Informação e Pesquisa; Acadêmico e Pedagógico; Documentação, Corregedoria e Código
338 de Ética e Combate à Violência Institucional; disse que em todos esses eixos surgiram a ideia de
339 que seria necessário alguma instância dentro da UFSCar que cuidasse da saúde mental, que ficou
340 aberto no texto, que poderia ser uma secretaria, grupo de trabalho, comissão permanente, essa foi
341 uma demorada discussão nas conferências e não conseguiram chegar a nenhuma conclusão, apenas
342 de que precisava ter institucionalizado algum lugar que trabalhasse isso; disse que depois do texto
343 feito na conferência enviaram ele para ProGrad, SAADE, Ouvidoria e ProGPe para que
344 apresentassem pareceres referente a esse texto, sendo os quatro pareceres favoráveis. Sra. Francly
345 questionou sobre essa instância que poderia ser criada para coordenar e pensar as ações de saúde
346 mental, porque hoje cabia a ProACE fazer o provimento das ações de cuidado em saúde para a
347 comunidade interna e tinham propostas, diretrizes e uma certa autonomia para realizar as ações,
348 sendo importante compor, mas também dizer que existia uma equipe técnica que pensava ações, que
349 faziam as coisas e que essa instituição criada pudesse também contemplar essa autonomia técnica e
350 atividades realizadas pelas equipes da ProACE. Prof. Jair disse que a ideia era essa, que fosse uma
351 instância que trabalhasse em conjunto com a ProACE. Prof. Eduardo disse que essa foi uma

352 comissão de mais de quarenta pessoas que trabalharam bastante, que era uma grata satisfação fazer
353 parte dela desde o início; disse que foi feito um diálogo da comissão também com todos os centros,
354 por duas vezes e compareceram as reuniões de todos os Centros, levando uma discussão prévia, e
355 posteriormente um dos centros solicitou que a comissão elaborasse um questionário para que
356 opinassem em relação ao que seria prioritário para uma política de saúde mental, foi feito esse
357 questionário com escala de likert, colocando varias opções em relação a possíveis ações, desde
358 melhor distribuição na carga de atividades, ampliação e melhorias dos espaços de socialização,
359 acolhimento grupal dos alunos com stress, ansiedade ou depressão, acolhimento individual, isso
360 rebatido para servidores, porque se tratava de uma política para toda a Universidade, por mais que o
361 alvo de preocupação maior fosse os alunos, mas que teriam que pensar que todas essas questões
362 também acometiam os servidores; foram 33 itens onde a pessoa colocava se considerava de
363 relevante a imprescindível, de 1 a 5, isso foi passado inicialmente a todos os centros e ampliado
364 posteriormente para todos os estudantes, por fim tiveram mais de 740 questionários respondidos,
365 fizeram uma tabulação, e reiteraram algumas proposições que achavam que deveriam fazer que se
366 consubstancializaram nos sete eixos que foram levedados para as conferências locais; disse que em
367 Araras tentaram realizar uma conferência também, mas que ninguém compareceu, mas que em São
368 Carlos e Sorocaba tiveram uma boa participação, que o pessoal mais envolvido de Araras participou
369 na conferência de São Carlos; disse que foi uma grande satisfação e que essa abertura e
370 possibilidade que lhe trouxe de poder estar colaborando na elaboração dessa proposta foi uma das
371 coisas mais enriquecedoras dos últimos anos na UFSCar sendo para ele as proposições
372 fundamentais, valorizar permanentemente o papel da Universidade como espaço promotor de saúde
373 e conquistas socioculturais, um ambiente universitário saudável, outra seria poder entender, propor
374 e realizar todas as intervenções no âmbito da estrutura institucional que promovessem a saúde
375 mental, entendendo que a saúde mental teria que ser uma questão na qual houvesse uma
376 transversalidade, não sendo uma ação que desse apenas no âmbito da expertise, na USE ou órgãos
377 ligados à ProACE que fazem o papel de assistência a saúde com foco na saúde e saúde mental, que
378 pudessem pensar essas intervenções que já eram feitas, tanto que na comissão muitas pessoas já
379 estavam trabalhando nesses órgãos e ações, sendo a ideia dar uma organicidade e coordenação a
380 tudo isso que já existia elaborando diretrizes como aprovado nas conferências, que essas
381 intervenções pudessem promover a saúde mental realizando a prevenção dos agravos e também o
382 trabalho de posvenção, enfim a ideia era a construção de uma rede de atenção e cuidado a pessoas
383 em sofrimento mental, contemplando inclusive processos e parcerias internas e externas; disse que a
384 questão de como isso se daria precisariam discutir aqui no CoACE onde foi constituída a comissão,
385 que indicaram também que ela fosse levada ao ConsUni porque daí seria um outro grau de
386 legitimação, e a partir da aprovação dessas diretrizes gerais poderiam ver qual comissão ou grupo
387 de pessoas estariam sendo encarregados para implantação disso, que poderia ser uma nova
388 comissão; disse que tinham os pareceres favoráveis, mas que sabiam da dificuldade que teriam para
389 poderem implantar uma ideia dessas, que tinham fases de curto, médio e longo prazo, então essa
390 discussão se seria uma secretaria, uma comissão permanente ou a alocação dessa coordenação de
391 saúde mental dentro de algum dos órgãos como na ProACE ou na SAADE, seriam hipóteses, mas
392 que isso teria que ser legitimado na instância superior da Universidade para que constituem um
393 grupo responsável a partir desse ponto de deliberação para que pudessem pensar como realizar isso,
394 que quando se diz uma secretaria seria legal, mas ousado, precisariam de recursos, ou alocar um
395 grupo dentro da ProACE, mas a ProACE já tinha uma grande demanda de trabalho, não sendo
396 possível pegar as pessoas que já estavam alocadas lá, então um grau de contingente de recursos
397 humanos teria que ser viabilizado para esse projeto, assim como a SAADE que deu o parecer
398 favorável, mas não poderia pegar esse trabalho mais todo o trabalho que já realiza e “carregar nas
399 costas”, uma comissão permanente poderia ficar solta, não seria ligada a nenhuma Pró-Reitoria,
400 então foram questões discutidas nas conferências, mas que chegaram a conclusão que seriam
401 decisões posteriores a aprovação das diretrizes. Sra. Franczy parabenizou novamente, que tiveram
402 técnicos da ProACE dos quatro campi que participaram, parabenizando a eles por integrarem essa
403 comissão como parte do trabalho que já executavam, disse que a ProACE e o CoACE não tinham

404 condições de aprovarem uma política institucional para além da sua esfera, sendo as propostas que
405 as diretrizes iriam além da ProACE, sendo uma primeira aprovação no CoACE para posteriormente
406 seguir para o ConsUni, e que fosse primeiro aprovado as diretrizes para num segundo momento
407 partirem para a implantação. Sra. Caroline Beier disse que integrou a comissão no início e final e
408 foi um trabalho muito bonito, a experiência da conferência foi especial e o relatório estava bem
409 detalhado, que na conferência não se chegou a um consenso de onde seria esse grupo que manteria
410 acessa as chamadas da saúde mental na UFSCar, que ativaria ações, trabalharia com vigilância
411 epidemiológica, construindo os fluxos e acionando as redes, trabalhando com formações e
412 capacitações, mas gostaria de registrar se seria interessante sair do Conselho algum posicionamento;
413 trouxe algumas falas das conferências, que algumas pessoas achavam que a SAADE era uma ótima
414 articuladora, que a mesma acolheria o grupo como um trabalho de articulação, outros que por ser
415 algo transversal ficaria na Reitoria, outros que a ProACE possuía os técnicos e executava grande
416 parte do trabalho; disse que mesmo compreendendo ela como transversal sendo todos
417 corresponsável pela promoção de saúde e de sofrimento, entendia que essa era uma questão da
418 implementação, mas não sabia se caberia ao CoACE ter algum posicionamento sobre onde seria o
419 local para alocar esse grupo. Prof. Leonardo respondeu que seriam passos que teriam que dar em
420 relação à política e que naquele momento apreciariam o relatório, que seria a base, contudo não
421 caberia ao CoACE ponderar sobre onde se encaixaria, pois como o Prof. Eduardo mencionou seria
422 necessário uma infraestrutura para isso, sendo uma decisão que deveria passar por um Conselho
423 Superior, sendo no entanto fundamental que colocassem essa pedra fundamentando a base para isso
424 acontecer no futuro através a apreciação do relatório da comissão. Não havendo mais manifestações
425 o ponto foi colocado em votação e o relatório da Comissão de Saúde Mental foi aprovado por
426 unanimidade. Prof. Leonardo disse que tiveram três pontos de pauta muito importantes,
427 principalmente o 2.6 e 2.8 que foram realizados por um grande período e envolveram recursos
428 humanos e agradeceu novamente a todos os envolvidos e a todos que contribuíram, registrando sua
429 felicitação por ter os três pontos aprovados por unanimidade. Sra. Franci também agradeceu a todos
430 que participaram dos dois processos, principalmente aos técnicos da ProACE que participaram das
431 duas frentes e que era uma grande felicidade essas aprovações, pois eram pautas da ProACE desde
432 2016. Não havendo manifestações a reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente e
433 dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente
434 ata, que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.

435 Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente) _____

436 Sra. Franci Mary Alves Back (Pró-Reitora Adjunta) _____